

Estado da arte sobre gênero, raça e comunicação política no brasil: avanços e lacunas¹

DOI:<https://doi.org/10.5281/zenodo.17756508>

Shayene Ferreira de Jesus (Mestranda em Comunicação/UFPR)

Email:shayimprensa@gmail.com

RESUMO

O estudo, parte da dissertação *Postar é resistir: como deputadas negras comunicam a violência política de gênero e raça no Instagram*, busca analisar os avanços e limitações nas pesquisas sobre representatividade política e violência de gênero e raça no Brasil, com foco nas interseções entre comunicação e política, por meio de uma revisão bibliográfica de 34 trabalhos acadêmicos (teses e dissertações). O estado da arte, realizado a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) — plataforma que reúne 141 instituições e mais de 920 mil documentos acadêmicos —, tem como propósito apresentar um panorama crítico da produção científica existente, subsidiando o desenvolvimento analítico da pesquisa de mestrado. A análise adota uma abordagem interseccional para explorar dinâmicas políticas e comunicacionais que ora reforçam, ora mitigam desigualdades. Entre os principais achados, destacam-se o potencial disruptivo de práticas como mandatos coletivos e net-ativismo, bem como os desafios relacionados à sub-representação e à violência simbólica contra mulheres negras. Assim, o estudo serve tanto para sistematizar os debates já consolidados quanto para apontar lacunas teóricas e metodológicas que justificam e orientam a investigação proposta.

Palavras-chaves: Estado da arte; Comunicação; Violencia política de gênero e raça.

ABSTRACT

This study, part of the dissertation *Postar é resistir: como deputadas negras comunicam a violência política de gênero e raça no Instagram* (*Posting is Resisting: How Black Female Deputies Communicate Gendered and Racialized Political Violence on Instagram*), seeks to analyze the advances and limitations of research on political representation and gendered racial violence in Brazil, focusing on the intersections between communication and politics through a bibliographic review of 34 academic works (theses and dissertations). The state-of-the-art review, conducted using the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) — a platform that aggregates 141 institutions and more than 920,000 academic documents — aims to present a critical overview of existing scholarship, thereby supporting the analytical development of the master's research. The analysis adopts an intersectional approach to explore political and communicational dynamics that at times reinforce and at other times mitigate inequalities. Among the main findings, the disruptive potential of practices such as collective mandates and net-activism stands out, as well as the persistent challenges linked to the underrepresentation and symbolic violence against Black women. Thus, the study not only systematizes the consolidated debates but also identifies theoretical and methodological gaps that justify and guide the proposed investigation.

Keywords: State of the art, Communication, Political violence of gender and race.

¹ O artigo é parte da dissertação "Postar é resistir: como deputadas negras comunicam a violência política de gênero e raça no Instagram", pela mestranda supracitada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação UFPR.

1. Introdução

Historicamente, quando analisamos a sub-representação das mulheres na política, focamos predominantemente nos dados relativos à ocupação e representação nos cargos políticos. Entretanto, esta pesquisa busca expandir essa análise, explorando os paradigmas e causas da sub-representação de mulheres na política para além dos contextos tradicionais. Mais especificamente, adota-se um viés comunicacional para compreender o cenário, considerando a complexa tessitura que envolve a academia. Para isso, é fundamental entender como se apresenta o panorama atual das pesquisas acadêmicas sobre o tema, questionando: qual o tema central das pesquisas? Quais as abordagens metodológicas aplicadas? Quais suas contribuições para a comunicação? E ao mesmo tempo, o que há de comunicação nessas pesquisas?

Nesse contexto, surge a necessidade de realizar o estado da arte, que para as pesquisadoras Joana Paulin Romanowski e Romilda Teodora Ens, o objetivo é mapear e sistematizar a produção do conhecimento em uma determinada área, identificando os principais enfoques, temas recorrentes e lacunas existentes. Esse tipo de pesquisa é fundamental para compreender a amplitude e evolução do conhecimento produzido, bem como para apontar novas direções e áreas que necessitam de maior investigação (Romanowski; Ens, 2006).

Um dos desafios dessa pesquisa é pensar a comunicação fora do senso comum sobre as pesquisas de comunicação, que geralmente se concentram nas análises de discurso dentro das plataformas de redes sociais. Frequentemente, questiona-se se as abordagens que fogem dessa lógica realmente configura uma pesquisa em comunicação. Lembro-me de que, já no meu primeiro semestre, me deparei com essa pergunta. A resposta para isso vem da necessidade de olhar para o estado da arte, a fim de compreender e ampliar os horizontes da pesquisa em comunicação, uma vez que o estado da arte, “possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais” (Romanowski; Ens, 2006, p.39).

Pensar a pesquisa em comunicação apenas ao estudo das redes sociais como um meio de comunicação, pode ser visto como um limitador inoportuno que impede a evolução do

campo. Afinal, a comunicação é um dos principais elos da evolução humana, e seria contraditório amarrá-la apenas a uma perspectiva ou campo de pesquisa.

Dessa forma, buscou-se apresentar o estado da arte, tal que contribuísse para a amplitude da área de comunicação. Ao investigar a comunicação como um processo mais amplo e dinâmico, espero não apenas mapear a produção acadêmica existente, mas também abrir novas direções e abordagens que possam transformar o cenário político e acadêmico em favor de produções descoloniais. Assim como Sampaio (2021) argumenta que a análise de conteúdo deve ir além de Bardin para evoluir, acredito que a pesquisa em comunicação deve transcender as redes sociais para capturar plenamente os processos complexos de institucionalização da violência política.

Posto isso, ao observar o presente objetivo geral, o qual consiste em investigar a institucionalização da violência política nos mandatos populares das vereadoras negras, eleitas democraticamente, nas eleições de 2020 nas Câmaras Municipais que compõem a região do Vale do Itajaí, busquei como plataforma de captação a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que congrega 141 instituições, 249.331 teses e 670.916 dissertações. Esta base de dados oferece um panorama abrangente das pesquisas realizadas no Brasil, permitindo uma análise aprofundada dos temas pertinentes, elegi para o processo de buscas os seguintes marcadores: Violência política de gênero; Mulheres negras na política; Comunicação e discurso de Ódio. A escolha por esses marcadores se deu pelo fato da interconexão e diálogos entre os trabalhos do grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política (COMPA).

Tendo com alicerce os objetivos específicos, estruturamos marcadores de posicionamento para as pesquisas os quais foram alocados em uma planilha com os seguintes campos: filtro (palavras-chave utilizadas na pesquisa), ano de publicação, região de publicação, tipo de trabalho (mestrado ou tese), título do trabalho, programa de pós-graduação, instituição, problema de pesquisa, gênero, metodologia da pesquisa, recorte racial, palavras-chave e presença de citação da autora Nancy Fraser. Para compreender a violência política de gênero e raça, delimitou-se a análise a partir do ano de 2006, estabelecendo um marco temporal de 10 anos antes da eleição de Marielle Franco, um caso emblemático nesse contexto. Essa delimitação temporal visa identificar se a temática já era abordada antes da ascensão de Marielle à cena política.

2. Fundamentação Teórica

A violência política de gênero não é apenas um reflexo de disputas no campo político, mas um mecanismo de exclusão que reflete dinâmicas estruturais de desigualdade, “não são apenas ataques individuais às mulheres na política. Trata-se de uma violência coletiva, de um ataque a um grupo social, e ofende a sociedade e fragiliza a democracia” (Carolina², 2022, p. 16).

Outrossim, esse tipo de violência não se limita à chegada aos espaços legislativos e executivos; ela também pode ser vivenciada dentro dos partidos políticos, sejam eles de direita ou esquerda, como evidencia a pesquisa sobre violência política de gênero e raça, produzida pelo Instituto Marielle Franco, ao relatar o processo de desfiliação do Partido dos Trabalhadores (PT) de uma das pesquisadoras negras mais reverenciadas por suas contribuições ao movimento negro, Lélia Gonzalez:

Lélia Gonzalez, filiou-se ao PT em 1981 e, no ano seguinte, candidatou-se ao cargo de deputada federal, chegando à primeira suplência do partido. Militou pelo partido por mais de cinco anos quando em 1985 decidiu desfiliar-se. Em sua histórica carta de desfiliação apontou que “pelo fato de discordar das práticas desenvolvidas pelo PT/RJ [...] sobretudo no que diz respeito ao estreitamento de espaços para uma política voltada para as chamadas minorias, peço meu desligamento do PT”. Na época, Lélia se filiou ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), o mesmo partido do também ativista do movimento negro brasileiro e ex-senador Abdias Nascimento (Instituto Marielle Franco, 2021, p. 30).

Dentro dos partidos, a violência política de gênero se manifesta por meio de práticas de assédio, boicote e deslegitimação que desestimulam as mulheres a buscar cargos de maior responsabilidade. “Apesar de quase todos os partidos com representação na Câmara dos Deputados terem setoriais de mulheres, e muitos deles expressarem, em seus estatutos, princípios de igualdade de gênero, percebe-se que tal adesão fica na retórica.” (Tebet, 2021, p.181)

Ao restringir o papel das mulheres ao de cabos eleitorais ou apoiadoras de candidaturas masculinas, os partidos não apenas perpetuam desigualdades estruturais, mas também contribuem para a perpetuação da violência simbólica e institucional contra as

² Áurea Carolina, que também foi deputada estadual (psol-mg), também negra, desistiu de concorrer para um segundo mandato em 2022, porque, por mais que acredite na necessidade de alternância de poder e esse seja seu principal motivo, o desgaste da violência política pesou.(Valente, 2023, p. 174)

mulheres. Dentro das instituições, as mulheres frequentemente enfrentam assédio, isolamento e discriminação. Lopes (2022) argumenta que "as instituições são atravessadas, constituem e são constituídas por diferentes marcadores, implicando refletir sobre o Estado a partir de questões subjacentes, em uma trama de sentidos" (p. 14). Esse atravessamento estrutural significa que, mesmo após eleitas, as mulheres continuam sendo vistas como intrusas, tendo sua atuação política questionada ou minimizada.

No que tange à paridade de participação, Fraser (2007) postula que ela é imprescindível para o tecido social justo. Esse conceito se desdobra em condições objetivas, como o acesso a recursos materiais, e intersubjetivas, que englobam o respeito às identidades na sua pluralidade. A partir dessa justaposição, o modelo de *status* conflui para a ideia de justiça deontológica, que orienta a correção de desigualdades porque é moralmente imperativa, e não apenas por sua funcionalidade. Esse enfoque dissidente das abordagens tradicionais rechaça a valorização de identidades como mote universal e propõe uma análise ancorada nos liames institucionais que solapam a igualdade.

Contudo, algumas deputadas negras têm subvertido essa lógica ao forjar narrativas que transcendem a dor. Por meio das redes sociais, como o Instagram, elas se insurgem contra o mau enquadramento ao articularem estratégias comunicacionais que englobam ações concretas e projetos transformadores, como veremos nos próximos capítulos. Essa práxis comunicacional evidencia que, embora a dor seja um ponto de partida em suas trajetórias, ela não define a totalidade de suas identidades. Essas parlamentares atuam como observadoras críticas das estruturas opressoras e engendram novas possibilidades de atuação política que integram redistribuição, reconhecimento e representação.

3. Metodologia

Este estudo adota como metodologia a revisão bibliográfica do tipo *estado da arte*, compreendida aqui não como mera sistematização quantitativa da produção existente, mas como uma estratégia analítica e crítica voltada à compreensão dos sentidos atribuídos por diferentes autoras e autores a um mesmo objeto de estudo. Nesse sentido, a proposta metodológica se ancora na noção de que o *estado da arte* opera como um "dispositivo de escuta" (Aguiar & Moretti, 2018), capaz de captar o modo como determinados temas — neste

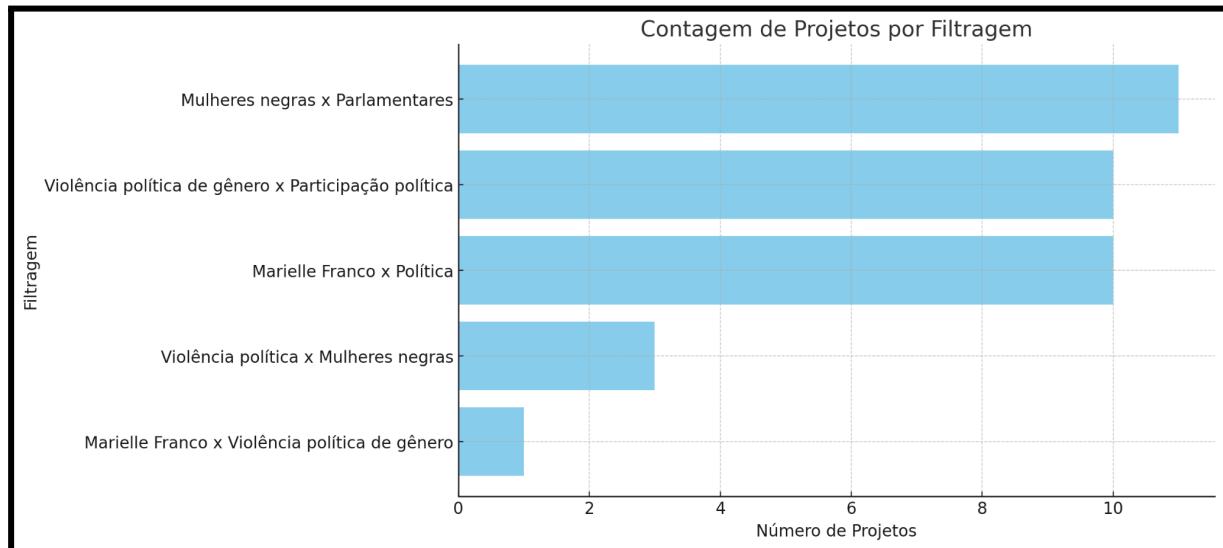
caso, comunicação, gênero, raça e política — têm sido construídos, tensionados e silenciados na produção acadêmica brasileira.

Inspirado por esse referencial, o presente trabalho entende o estado da arte como ferramenta de leitura política e epistemológica do conhecimento científico, comprometida com a análise das correlações de força e dos marcos interpretativos que atravessam os textos. Em lugar de uma revisão exaustiva ou neutra, assume-se uma postura situada, que reconhece a pesquisa como prática social, atravessada por disputas de sentido, enquadramentos teóricos e escolhas metodológicas.

Inicialmente, utilizando a combinação "violência política" e "mulheres negras", foram encontrados duzentos e setenta e oito trabalhos. Dentre eles, os temas mais recorrentes incluíam violência doméstica, violência policial, racismo religioso, acesso ao mercado de trabalho, infâncias negras, ativismo, acesso à educação, violência obstétrica, direito à terra, direito ao aborto, mulheres negras presas e feminicídio. Destes, três trabalhos de 2022 e 2023 se relacionam diretamente com o objeto deste estudo. Na sequência, a combinação "violência política de gênero" e "participação política" encontrou duzentos e três trabalhos.

Os temas recorrentes incluíam LGBTfobia, violência patrimonial e políticas públicas voltadas às mulheres, mas com poucas mulheres como propositoras. Nove trabalhos, incluindo um de 2006, conversam com os marcadores definidos. Adiante, a combinação de filtros "mulheres negras" e "parlamentares" resultou em quarenta trabalhos, dos quais onze estavam alinhados com o tema. A busca por "Marielle Franco" e "Política" encontrou vinte e nove trabalhos, com 10 dialogando diretamente com o objeto deste estudo, frequentemente focando na ocupação de espaços políticos. A combinação "comunicação", "violência política" e "vereadoras negras" resultou em três trabalhos, nenhum alinhado diretamente com o objeto de estudo, pois centravam-se mais em perspectivas jurídicas. O filtro "Marielle Franco" e "violência" identificou cinco trabalhos, dos quais dois eram relevantes. Por fim, a combinação "vereadoras negras" e "justiça social" não resultou em nenhum trabalho que dialogasse com o objeto de estudo, o gráfico abaixo evidencia a distribuição dos trabalhos por filtragem.

GRÁFICO: CONTAGEM DE PESQUISAS POR POSICIONAMENTO



Fonte: Elaborado pela autora.

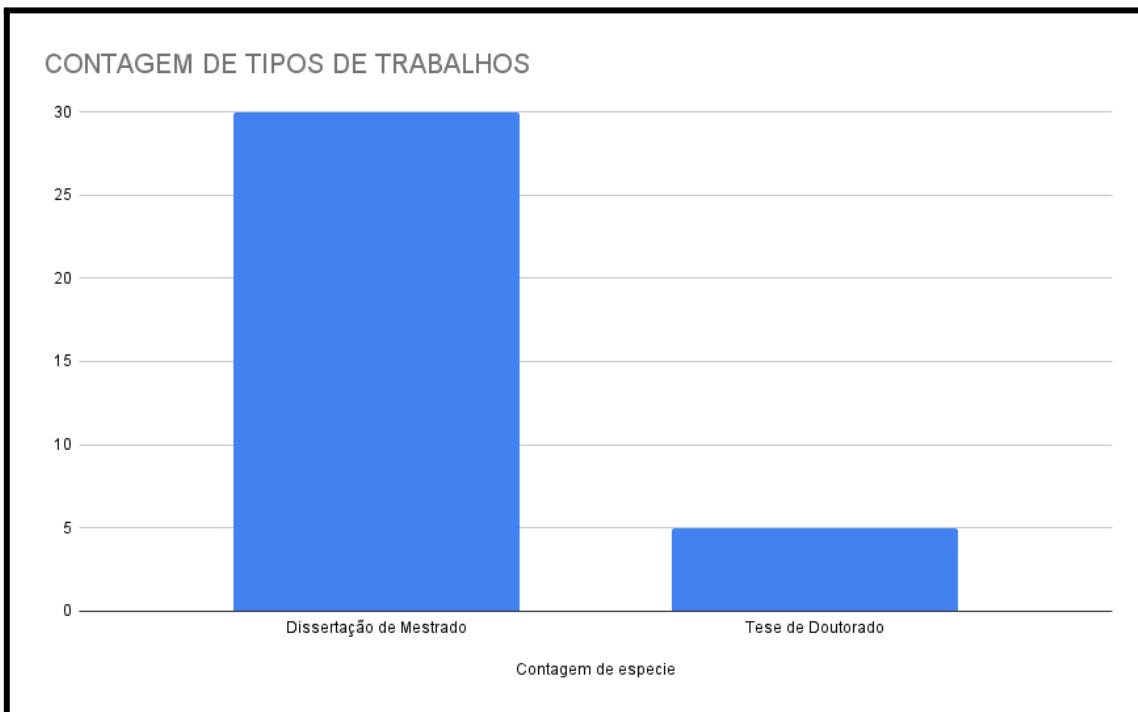
No total, o estado da arte apresentou um corpus de 558 trabalhos, dos quais 34 evidenciaram uma relação direta com o objeto de estudo, com ênfase principal em redes sociais e jornais. A metodologia mais frequentemente utilizada nestes trabalhos foi a análise qualitativa, aplicada por meio de entrevistas semiestruturadas e/ou Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Dentre esses trabalhos, doze são oriundos de programas de pós-graduação na área de comunicação, e nove fazem referência a teoria de Nancy Fraser.

Outrossim, alguns estudos destacam a falta de dados empíricos robustos, concentrando-se mais em análises teóricas ou qualitativas. Além disso, a maioria dos trabalhos foca em contextos urbanos ou capitais, com pouca atenção às experiências de mulheres negras em regiões rurais ou interiores. Poucos estudos abordam mudanças ao longo do tempo, limitando-se a compreensão de tendências e evoluções na participação e violência política contra mulheres negras. A sub-representação de mulheres negras nos parlamentos brasileiros entre 2014 e 2022 é um problema recorrente. Os estudos exploram as dinâmicas eleitorais que impactam essa sub-representação, abordando as barreiras estruturais e institucionais que perpetuam a exclusão de mulheres negras do cenário político. O princípio da paridade participativa é investigado como uma forma de tornar o Direito um instrumento eficaz para incluir as vozes das mulheres no debate político.

4. Discussão e resultados

A caracterização do estado da arte evidenciou um panorama abrangente e detalhado sobre a produção acadêmica relacionada à violência política de gênero e raça. Ao analisar a distribuição dos tipos de trabalhos, observamos uma predominância de dissertações de mestrado em comparação com teses de doutorado. Suponhamos, que este fenômeno pode ser explicado por vários fatores, incluindo o impacto do assassinato de Marielle Franco e a natureza dos programas de pós-graduação no Brasil.

GRÁFICO 1: CONTAGEM DE TIPOS DE TRABALHOS



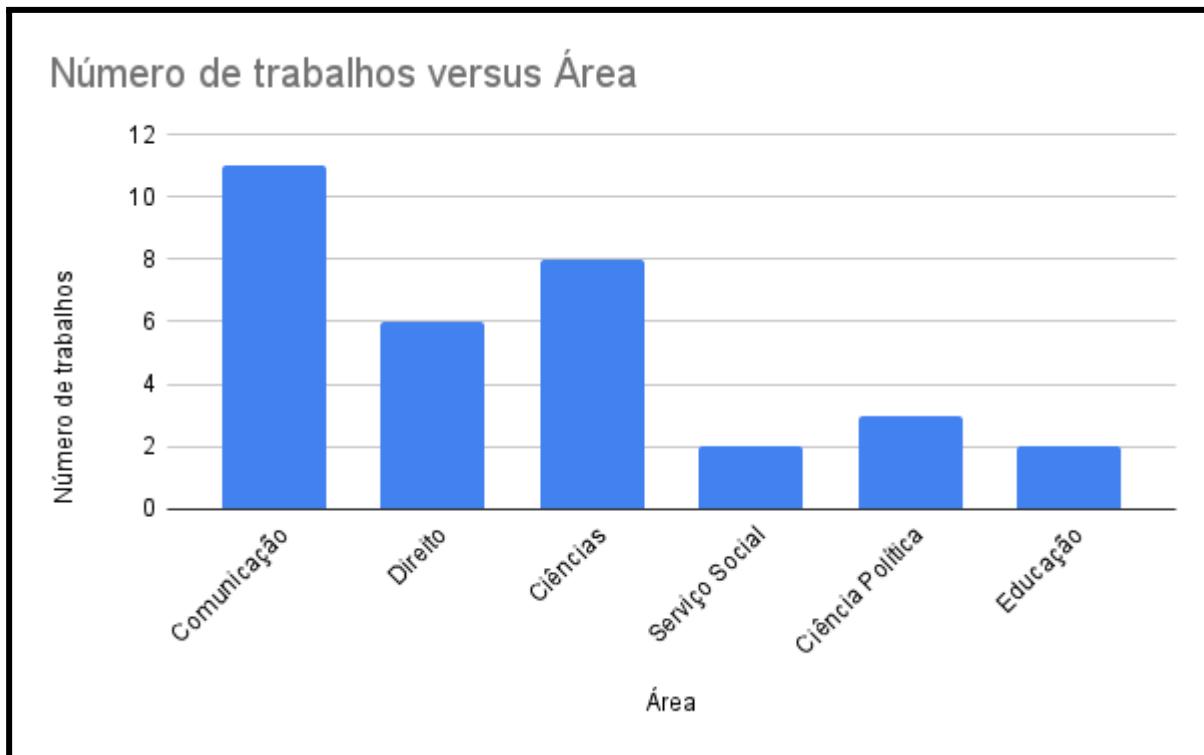
Fonte: Elaborado pela a autora.

A urgência e a relevância imediata do tema e o ativismo em torno da violência política de gênero e raça, podem ter contribuído para um aumento significativo no número de dissertações de mestrado, uma vez que esses programas geralmente têm uma duração mais curta e podem responder mais rapidamente a eventos contemporâneos. A relevância do tema, combinada com a necessidade de produzir respostas acadêmicas rápidas e pertinentes, além do fato da movimentação de movimentos feministas, pode ter incentivado muitos estudantes

de mestrado a focarem suas dissertações nesse assunto, principalmente mulheres, uma vez que “reivindicações pelo reconhecimento de diferenças de grupo têm ganhado enorme destaque nos últimos tempos, às vezes eclipsando reivindicações por igualdade social” (Fraser, 2022, p.10). O assassinato de Marielle não só expôs a violência política de gênero de maneira brutal, mas também motivou uma geração de acadêmicos a explorar e combater essa violência através de suas pesquisas.

Em continuidade à caracterização do corpus, aprofundamos agora a análise considerando a distribuição dos trabalhos acadêmicos sobre violência política de gênero e raça entre diferentes áreas do conhecimento. O gráfico abaixo revela essas distribuições, demonstrando como cada área, com seu próprio arcabouço teórico e metodológico, contribuem para a compreensão e colocam-se no debate desse fenômeno complexo. Neste contexto, percebemos como cada campo do saber adiciona camadas significativas à nossa compreensão, quais fragmentos do tecido social são mais visíveis e que aspectos demandam maior investigação.

GRÁFICO 2: NÚMERO DE TRABALHOS POR ÁREA



Fonte: Elaborado pela autora.

No bojo das pesquisas, a área de Comunicação destaca-se como a mais representativa, com 11 trabalhos. Esta predominância pode ser explicada pela importância fundamental da comunicação na visibilidade e mobilização da violência política de gênero. As investigações neste campo frequentemente exploram como plataformas como Instagram e X são utilizadas por mulheres negras na política para gerenciar visibilidade, mobilizar apoio e enfrentar a violência. Quiçá, as redes sociais atuam como modernas *Ágoras*³, onde o discurso público ganhou protagonismo e a resistência se manifesta. Além disso, estudos dos discursos midiáticos e políticos são essenciais para entender como a violência de gênero é representada e perpetuada. Este campo desvela as narrativas subjacentes que moldam percepções e ações. A forma como a mídia retrata mulheres negras na política e o impacto dessas representações na percepção pública e no tratamento dessas mulheres são fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas futuras. Este enfoque examina como as imagens e histórias veiculadas influenciam a realidade vivida.

No arcabouço jurídico, com seis trabalhos, a área de Direito concentra-se em analisar leis e políticas que abordam a violência política de gênero, buscando entender sua eficácia e implementação. Este campo investiga se o parâmetro legal vigente oferece proteção adequada e quais lacunas ainda precisam ser preenchidas. Ademais, a aplicação dos princípios de justiça de Nancy Fraser (2022) para compreender a centralidade dos fenômenos em torno do ser uma mulher negra na política, salienta-se que – gênero e “raça” são coletividades bivalentes paradigmáticas. Embora cada uma tenha peculiaridades não compartilhadas pela outra, ambas têm dimensões político-econômicas e dimensões cultural-valorativas” (Fraser, 2022 p. 33) o que nos lembra que a simbologia de justiça deve englobar redistribuição, reconhecimento e representação, e as pesquisas têm se esforçado para trazer estas dimensões ao cerne das discussões legais, partindo do pressuposto que a investigação de casos específicos de violência política de gênero e suas implicações legais fornece indicadores sobre como o sistema de justiça trata esses casos e quais precedentes estão sendo estabelecidos.

As Ciências Sociais, com oito trabalhos, aprofundam-se em estudar as barreiras estruturais e sociais que contribuem para a sub-representação de mulheres negras nos parlamentos. Este campo investiga como as engrenagens da sociedade limitam a ascensão de

³ Praça pública onde se realizavam as assembleias políticas na Grécia antiga, servia também como templo religioso, sendo decorada com pórticos, estátuas, colunas e pilares.

mulheres negras ao poder político. A exploração de como raça, gênero e outras identidades interagem no processo de formação das experiências nos espaços públicos é estrutural em boa parte dos trabalhos.

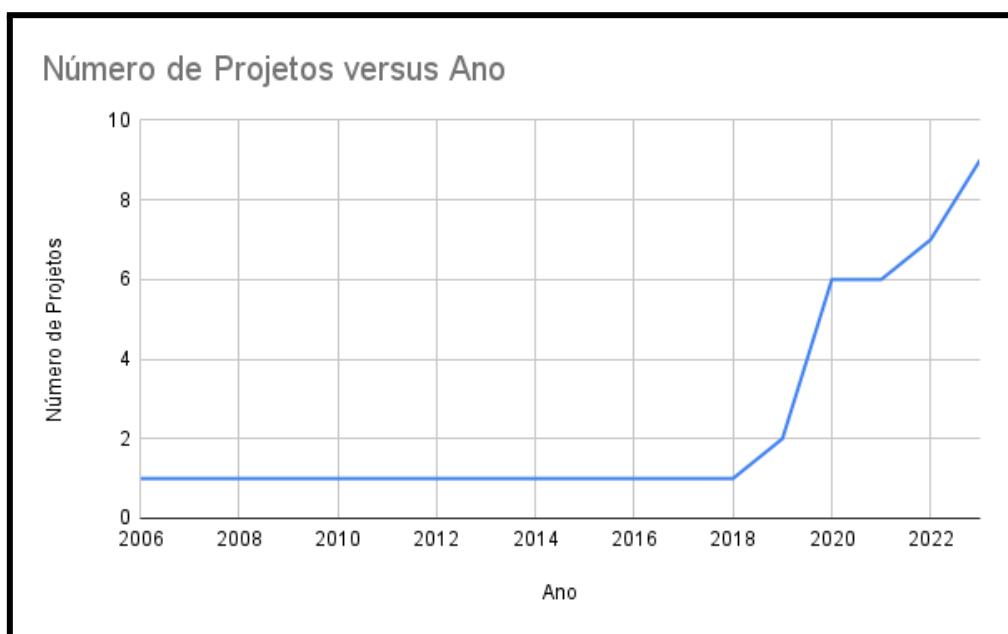
Com dois trabalhos, a área de Serviço Social aguça o olhar para as políticas comunitárias, estudando como as comunidades podem se mobilizar para apoiar mulheres negras na política. Este campo analisa como o apoio de base pode transformar as dinâmicas de poder, podemos traçar um paralelo com a ideia de Nancy Fraser sobre provisão estatal. A autora contrasta os Estados de bem-estar com uma combinação específica de princípios distributivos: necessidade, merecimento e cidadania. “As provisões baseadas na necessidade são as mais redistributivas, mas podem isolar e estigmatizar quem delas necessita; esse tipo de provisão é a base do alívio tradicional da pobreza e da assistência pública moderna” (Fraser, 2022, p. 65). Em contraste, os direitos baseados no merecimento, embora mais honrosos, tendem a ser anti-igualitários e excludentes, pois alocam benefícios de acordo com as “contribuições” feitas na forma de pagamento de impostos, trabalho ou serviço, interpretações que frequentemente desfavorecem as mulheres. A análise de como os serviços sociais podem intervir e apoiar vítimas de violência política de gênero é igualmente importante, focando na infraestrutura de suporte e suas ausências. Assim como Fraser (2022) destaca a complexidade e os desafios das provisões estatais, a pesquisa em Serviço Social revela como a falta de uma infraestrutura adequada de apoio pode exacerbar as dificuldades enfrentadas por mulheres negras na política.

A Ciência Política, com três trabalhos, concentra-se em estudar as dinâmicas eleitorais que afetam a representação de mulheres negras na política. Este campo explora como as campanhas e eleições são influenciadas por questões de raça e gênero. A análise da participação política das mulheres negras e os obstáculos que enfrentam investiga como a cidadania plena pode ser alcançada frente a tantas barreiras. Por fim, com dois trabalhos, a área de Educação examina como a educação pode promover o letramento político e o engajamento entre mulheres negras. Aqui, o foco é a capacitação das futuras lideranças, assim como apresenta uma análise de currículos escolares e universitários por um prisma da cidadania.

Em relação à análise temporal, a partir de 2018 observa-se um aumento significativo no número de pesquisas acadêmicas relacionadas à violência política de gênero e raça,

coincidente com o assassinato de Marielle Franco. A morte da vereadora ocasionou um movimento catalisador de investigação sobre a violência política de gênero e raça, conhecido como *Sementes de Marielle*⁴. Tal movimento influenciou tanto o aumento de candidaturas de mulheres negras quanto a produção acadêmica.

GRÁFICO 3: NÚMERO DE PROJETOS

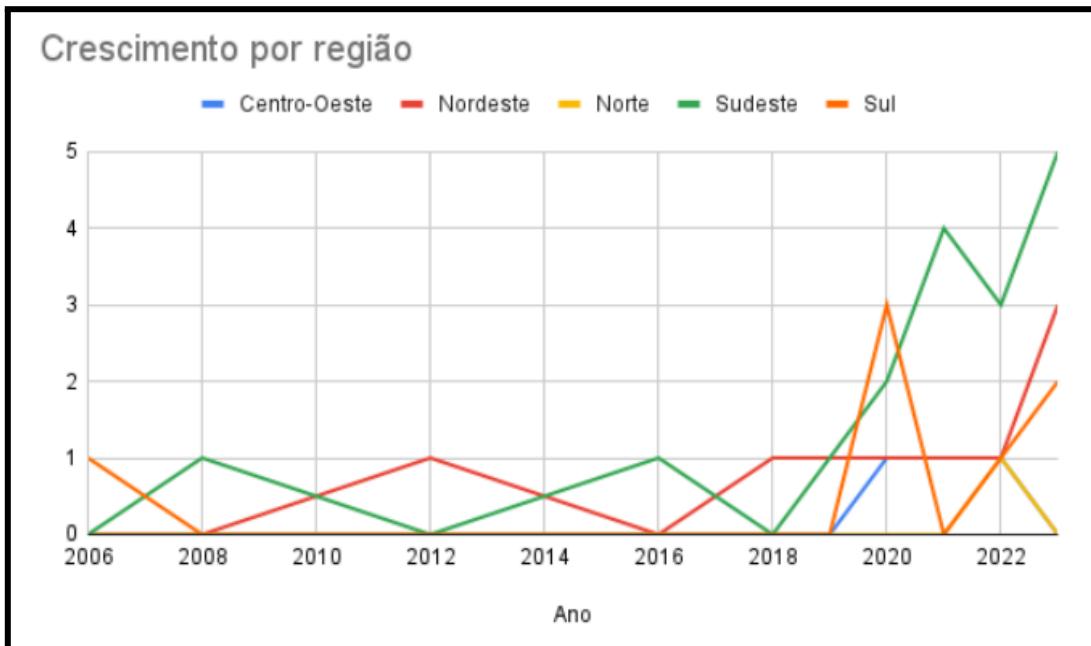


Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo os pesquisadores Cristiano Rodrigues e Mariana de Abreu (2019), a morte de Marielle Franco pode ser vista como um ponto de inflexão que trouxe à tona a realidade da violência política enfrentada por mulheres negras no Brasil. Marielle, uma mulher negra, LGBTQIA+, e vereadora do Rio de Janeiro, representava uma voz forte e desafiadora contra as desigualdades estruturais. Seu assassinato brutal revelou a vulnerabilidade dessas vozes e a violência sistemática que enfrentam. Agora, ao ampliar essa análise para incluir a combinação de ano e região, podemos observar tendências importantes que revelam as variações no crescimento das pesquisas em diferentes partes do Brasil.

⁴ O termo "Sementes de Marielle" é utilizado para descrever o movimento que surgiu após a morte de Marielle, incentivando a candidatura de muitas outras mulheres negras na política. Este movimento não se restringiu apenas ao campo político; ele também gerou um aumento nas pesquisas acadêmicas que investigam a interseção de gênero, raça e política.

GRÁFICO 4: CRESCIMENTO POR REGIÃO



Fonte: Elaborado pela autora

Quando comparado o crescimento por região destacam-se variações significativas entre diferentes partes do Brasil. A região Sudeste é a que mais se destacou em termos de crescimento, especialmente a partir de 2018. Este aumento pode ser atribuído à centralidade política, uma vez que Marielle era vereadora da região e ao fator acadêmico do Sudeste, que abriga universidades históricas e possui uma forte tradição de pesquisa.

Outrossim, o Nordeste também mostrou um crescimento significativo, particularmente a partir de 2020. Esta região, marcada por um histórico de votação em favor de partidos de esquerda, especialmente, o partido das trabalhadoras e trabalhadores (PT) e uma forte presença de movimentos sociais, tem intensificado suas investigações sobre desigualdade e violência política. Em contraste, a região Norte apresentou o menor crescimento em termos de projetos acadêmicos relacionados à violência política de gênero e raça. Este baixo crescimento pode refletir-se ao considerarmos a realidade que muitas universidades têm enfrentado de corte de recursos. Ademais, o Centro-Oeste apresentou crescimento esporádico e menos acentuado comparado ao Sudeste e Nordeste. Contudo, houve alguns picos de

crescimento em 2020 e 2021, indicando uma mobilização crescente, embora ainda insuficiente.

A região Sul, composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tradicionalmente possui uma influência política conservadora, mas também abriga movimentos sociais e acadêmicos significativos. A análise indica que, a partir de 2020, houve um aumento notável no número de projetos acadêmicos na região. Este crescimento tardio, mas significativo, pode ser atribuído ao impacto do movimento "Sementes de Marielle", que incentivou maior interesse em explorar os fenômenos sociopolíticos enfrentados por mulheres negras.

5. Ausências notadas

No prefácio de *Peles negras máscaras brancas* do escritor Frantz Fanon (2020), a filósofa Grada Kilomba ao propor uma ressignificação da obra do autor – que segundo a pesquisadora “cometeu um erro fatal” ao excluir identidades como as de mulheres negras, nos deixa o seguinte pensamento: “este é um erro que ele nos deixa para ser corrigido. Ou melhor, uma ausência que ele nos deixa para ser ocupada pela nossa existência” (KILOMBA, 2020, p.16). Neste contexto, proponho olhar as ausências que encontrei nas pesquisas, com o objetivo de ressignificá-las a partir das experiências das parlamentares negras que a pesquisa traz e assim ocupar essas lacunas.

Primeiramente, destaca-se a carência de dados empíricos em vários trabalhos. Muitos estudos concentram-se predominantemente em análises teóricas ou qualitativas, o que, embora fundamental, pode limitar a aplicação prática dos resultados. A falta de uma base empírica sólida impede uma compreensão mais aprofundada e contextualizada dos fenômenos estudados, reduzindo a possibilidade de desenvolver intervenções eficazes baseadas em evidências concretas. Assim, a ausência de dados empíricos detalhados revela uma lacuna importante que precisa ser preenchida para avançar nas respostas às questões abordadas.

Além disso, nota-se uma concentração geográfica das pesquisas em contextos urbanos ou capitais, com pouca atenção às experiências de mulheres negras em regiões rurais ou interiores. Essa limitação geográfica deixa de lado as especificidades e desafios enfrentados por essas mulheres em diferentes contextos, onde as dinâmicas de poder, acesso a recursos e formas de violência podem variar significativamente.

Outrossim, observa-se a ausência de uma abordagem longitudinal em muitos estudos. Poucos trabalhos abordam mudanças ao longo do tempo, o que limita a compreensão das tendências e evoluções na participação e na violência política contra mulheres negras. Estudos longitudinais são essenciais para capturar as dinâmicas temporais e os impactos de eventos históricos, políticas públicas e movimentos sociais sobre a trajetória das mulheres negras na política.

Por fim, uma área ainda pouco explorada é a das candidaturas coletivas. Este fenômeno emergente, onde grupos de mulheres se unem para disputar eleições em conjunto, representa uma estratégia inovadora de resistência e empoderamento político. A falta de pesquisas focadas em candidaturas coletivas deixa uma lacuna importante. Mas, em um contexto geral, essas ausências ajudaram a responder, conforme questionamento feito no início deste capítulo: *o que há de comunicação nos estudos sobre violência política de gênero e raça?*

6. Resultados Encontrados

Dos trabalhos analisados, os resultados apontam para a emergência de práticas disruptivas, como mandatos coletivos e candidaturas compartilhadas, que têm contribuído para ampliar a diversidade nos espaços políticos. Não obstante, destacam-se avanços significativos no uso estratégico das redes sociais que, sob o mote do net-ativismo, capilarizaram debates insurgentes e ampliaram o alcance de causas historicamente relegadas. Exemplos como o movimento #MariellePresente evidenciam como tais iniciativas podem engendrar novas gramáticas de participação, calcadas na pluralidade e inclusão.

Neste contexto, a comunicação emerge como um vetor imprescindível para forjar práticas e discursos que mitiguem desigualdades históricas. Além de sistematizar os avanços, limitações e perspectivas evidenciados, é crucial historicizar as interseções entre comunicação e política como ferramentas de transformação social. No campo legislativo, o fortalecimento de narrativas insurgentes e a publicização de pautas representativas podem fomentar o rechaço às estruturas inócuas e engessadas. Assim, a comunicação política deve ser mais do que uma ferramenta de divulgação; deve constituir-se como um espaço de dissenso, legitimando vozes historicamente obliteradas.

No que tange às políticas afirmativas, as cotas de gênero e raça, ainda que limitadas, ensejaram avanços irrefutáveis, como a ampliação do debate público sobre desigualdades estruturais. Tais iniciativas despontam como instrumentos capazes de romper, ainda que parcialmente, com a lógica androcentrista que solapa a participação política de mulheres e pessoas negras.

Por outro lado, as limitações estruturais permanecem latentes, inclusive na própria comunicação política. Reiteradamente, os trabalhos analisados ressaltam o vilipêndio sofrido por mulheres negras que, sob os auspícios de estruturas patriarcais, são desumanizadas e silenciadas tanto em espaços digitais quanto legislativos. Esse cenário perpetua uma estrutura engessada que, ao invés de ampliar a receptividade às pautas femininas e antirracistas, acirra o dissídio entre presença descritiva e representação substantiva.

Ademais, as pesquisas destacam que o arrefecimento de políticas afirmativas e a ausência de regulamentações claras para práticas inovadoras, como candidaturas compartilhadas, tornam os avanços irrisórios diante do horizonte de transformações necessárias. Sob esse prisma, evidencia-se um paradoxo: enquanto as redes sociais ampliam vozes, elas também ceifam potencialidades ao reforçarem desigualdades já arraigadas.

TABELA 1- PRINCIPAIS CATEGORIAS DE RESULTADOS ENCONTRADOS

CATEGORIA	AVANÇOS	DESAFIOS
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA	Reconhecimento da violência de gênero e raça.	Combate ao discurso de ódio nas redes.
REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA	Crescimento de candidaturas diversas.	Impacto limitado das cotas políticas.
USO DAS REDES SOCIAIS	Amplificação de vozes e causas sociais.	Reforço de desigualdades estruturais.
MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA	Inclusão de pautas antirracistas.	Sub-representação estrutural contínua.
POLARIZAÇÃO POLÍTICA	Resistência social e fortalecimento de movimentos.	Crescimento do ódio e da intolerância.
MANDATOS COLETIVOS	Aumento na diversidade.	Ausência de regulamentação clara.

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme evidenciado na Tabela 1, os resultados da revisão bibliográfica foram sistematizados em seis categorias principais: violência simbólica, representatividade política, uso das redes sociais, mulheres negras na política, polarização política e mandatos coletivos. Essas categorias emergem como vetores analíticos centrais, permitindo historicizar os avanços obtidos e as limitações que persistem nas dinâmicas de comunicação e política no Brasil. A seguir, discorremos sobre cada categoria, analisando os elementos que as consubstanciam.

Outrossim, a violência simbólica configura-se como um fenômeno nevrálgico nas relações de poder, especialmente contra mulheres negras. Os trabalhos revisados apontam que avanços incluem o reconhecimento dessa violência como expressão de gênero e raça, o que enseja maior visibilidade para suas formas de manifestação, como discursos de ódio nas redes sociais. Não obstante, os desafios permanecem acirrados, com destaque para a perpetuação de discursos vilipendiosos que reforçam estruturas patriarcais e racializadas, relegando essas mulheres ao silenciamento.

A representatividade política desponta como uma questão latente no debate público e acadêmico. Os avanços analisados revelam o crescimento de candidaturas diversas, oriundas de contextos marginalizados, como mulheres e pessoas negras. Contudo, tal crescimento ainda é limitado, especialmente no impacto das cotas políticas, que se mostram inócuas diante das barreiras institucionais e culturais arraigadas, evidenciando a dicotomia entre presença descritiva e representação substantiva.

A categoria mulheres negras na política evidencia a centralidade da interseccionalidade na análise de desigualdades. Os avanços incluem a inclusão de pautas antirracistas e feministas nos legislativos, ainda que de forma esparsa. Entretanto, a sub-representação estrutural contínua dessas mulheres demonstra que as condições equânimes para participação política permanecem solapadas por racismo institucional e desigualdades de gênero.

A polarização política, especialmente a partir da crise institucional de 2016, despontava como um fenômeno dual. Sob os auspícios de um contexto de dissensos acirrados, movimentos sociais insurgentes foram fortalecidos, engendrando práticas de resistência social. Por outro lado, o crescimento do ódio e da intolerância configurou-se como um desafio constante, alimentado pela intensificação de discursos excludentes nas arenas políticas e digitais.

Os mandatos coletivos surgem como uma prática disruptiva que confluí para o aumento da diversidade nos espaços políticos. Sob a ótica das pesquisas analisadas, esses mandatos ensejam novos paradigmas de inclusão e pluralidade. Contudo, a ausência de regulamentação clara e a imprecisão sobre suas atribuições limitam sua eficácia, engendrando instabilidades que obstaculizam seu pleno potencial.

A relação entre os avanços e desafios apresentados evidencia um paradoxo latente no campo da representatividade política e da violência de gênero e raça. Os avanços, embora significativos, como o reconhecimento da violência simbólica e a inclusão de pautas antirracistas, encontram limitações no impacto estrutural das políticas afirmativas e na perpetuação de desigualdades arraigadas, como a sub-representação de mulheres negras. Assim, a dinâmica entre avanços e desafios configura-se como uma tensão permanente entre a emergência de práticas inovadoras e as barreiras institucionais que ainda ceifam o pleno alcance dessas iniciativas, indicando a necessidade de ações mais substanciais para mitigar tais desigualdades.

Em última análise, as pesquisas revisadas reiteram a urgência de um sistema político-eleitoral mais participativo, que promova a ampliação das mulheres e das populações negras nas arenas democráticas. Não obstante os avanços observados, ainda carecemos de práticas comunicacionais e políticas que confrontem diretamente as desigualdades arraigadas, engendrando condições mais justas e plurais. Neste sentido, a articulação entre comunicação e política desponta como um campo profícuo para a produção de transformações duradouras.

REFERÊNCIAS DOS TRABALHOS ANALISADOS

ANGELIM, Maria Roberta Medeiros. **Sororidade e redes sociais:** a possibilidade de uma aliança entre mulheres dentro das redes digitais [manuscrito]. 2023. 85 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social, Campina Grande, 2023. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/4801>. Acesso em: 05 dez. 2024.

ARAÚJO, Marcus Vinícius Passos. **Questão racial no Instagram:** uma análise dos conteúdos publicados pelos vereadores da 19ª Legislatura de Belém. 2022. 186 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/16135>. Acesso em: 05 dez. 2024.

AZEREDO, Diana de. **A representação de mulheres negras nos parlamentos brasileiros entre 2014 e 2022.** 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/259892>. Acesso em: 05 dez. 2024.

BARBOSA, Claudia de Faria. **Diálogos com as mulheres na política local baiana:** famílias, tradições e representações entre o público e o privado. 2012. [s.l.]: Universidade Católica de Salvador, 2012. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCSAL-1_fafff9527e4424b870f8606c7eb1c16f. Acesso em: 05 dez. 2024.

BELLOZO, Edson. **Mulher e política: um estudo sobre os projetos de lei referentes à mulher e gênero apresentados pelas deputadas e senadoras nas décadas de 1990 e 2000.** 2006. 361 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/488c5346-7618-41d1-81dd-a6124622c731>. Acesso em: 05 dez. 2024.

BOKANY, Vilma Luiza. **O golpe (impeachment) de 2016:** a intensificação da intolerância no Brasil. 2022. 196 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26548>. Acesso em: 05 dez. 2024.

CARDOSO, Elisa Manuela. **Movimento #MariellePresente em tempos de net-ativismo: as redes, a indignação e as lutas na afirmação da cidadania.** 2020. 110 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/cd25419e-208d-4359-a410-b9699e41322c>. Acesso em: 05 dez. 2024.

CHIARA, Lise. **Narrativas e disputa de sentidos na mídia televisiva contemporânea:** quem foi a Marielle Franco dos telejornais? 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Comunicação Social, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/18096>. Acesso em: 05 dez. 2024.

COSTA, Ana Paula Guedes do Nascimento. **Violência política de gênero e a participação de mulheres na política.** 2023. 123 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2023. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/33603>. Acesso em: 05 dez. 2024.

COSTA, Mariane dos Santos Almeida. **Candidaturas compartilhadas e mandatos coletivos:** do ativismo à presença político-institucional de mulheres negras nas eleições de 2020. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/56009>. Acesso em: 05 dez. 2024.

DUARTE, Camila Floriano. **Relação entre o mandato de vereadoras em Limeira e a sua atuação engajada em políticas públicas voltadas para as mulheres no município.** 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Aplicadas) — Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, Limeira, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1237778>. Acesso em: 05 dez. 2024.

DUNDER, Juliana Silva. **Lugar de Mulher é Onde Ela Quiser! Construção feminina e a política de cotas para mulheres no Brasil.** 2018. 111 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Centro Universitário de João Pessoa (Unipê), João Pessoa, 2018. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7290950. Acesso em: 05 dez. 2024.

GOMES, Rayane Cristina de Andrade. **Democracia, mulheres e raça: sub-representação negra feminina no Congresso e a efetivação dos direitos políticos no Brasil.** 2019. 106 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26695>. Acesso em: 05 dez. 2024.

GONÇALVES, Brenda Andujas. **Candidaturas coletivas de mulheres:** análise da campanha eleitoral nas capitais da Região Sul do Brasil em 2020. 2022. 117 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234863>. Acesso em: 05 dez. 2024.

GONÇALVES, Glauce Caroline Sandaniel da Cunha. **A mulher "sumida" e "desumanizada" na política brasileira:** a recepção nas redes sociais de Marina Silva. 2022. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguagens, Mídia e Arte) — Programa de Pós-Graduação em Linguagens, Mídia e Arte, Centro de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16639>. Acesso em: 05 dez. 2024.

LIMA, Milena Gueso Leão de. **A inserção das mulheres negras no mundo político eleitoral: uma análise sobre a sua representatividade nas Assembleias Legislativas dos estados da Bahia e São Paulo.** 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) — Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-26062017-174329/pt-br.php>. Acesso em: 05 dez. 2024.

KIRST HOEWELL, Pedro Guilherme. **O Congresso Nacional 2015-2019:** relações sociais e representação política. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22322>. Acesso em: 05 dez. 2024.

MARINHO, Ana Isabel Freire Monteiro dos Santos. **A tessitura comunicacional dos direitos humanos a partir do caso Marielle:** experimentações sociais e agenciamentos de sentidos na circulação. 2023. 124 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2023. Orientadora: Profª. Dra. Ana Paula da Rosa. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/12573>. Acesso em: 05 dez. 2024.

MONTEIRO, Danilo Cesar da Silva. **Enquadramento midiático e interseccionalidade:** o caso Marielle Franco nos sites Folha de S. Paulo, O Antagonista e Pragmatismo Político. 2021. 165 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24058>. Acesso em: 05 dez. 2024.

OLIVEIRA, Ana Lúcia Marcondes Faria de. **Enfrentamento da violência de gênero no processo legislativo nos discursos durante a tramitação da Lei nº 14.192/2021 e interdiscursividade com movimentos sociais.** 2022. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/39326>. Acesso em: 05 dez. 2024.

OLIVEIRA, Monique Paula dos Santos Teixeira de. **Taliria Petrone: eu sou deputada, eleita pelo Rio de Janeiro:** um estudo de caso de gestão de visibilidade pelo Instagram. 2021. 210 f. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22969>. Acesso em: 05 dez. 2024.

PAES, Janiere Portela Leite. **As cotas de gênero nas eleições proporcionais do município de Camaçari-BA, nos pleitos de 2016 e 2020: das candidaturas ao financiamento de campanha.** 2023. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38196>. Acesso em: 05 dez. 2024.

PIRES, Fernanda Bastos. **Marielle Franco, um acontecimento antropofágico:** a comunicação de um corpo incógnito à cultura e política do Brasil. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212493>. Acesso em: 05 dez. 2024.

RODRIGUES, Emely Braga. **Que (in)justiça é essa?** A paridade participativa como alternativa ao silenciamento das vozes das mulheres na esfera público-política. 2020. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) — Universidade Federal de Ouro Preto, Departamento de Direito, Ouro Preto, 2020. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/e6fdcaa2f-e6ce-4de5-a26a-f655860d403c>. Acesso em: 05 dez. 2024.

ROSAS, Brenda Nascimento. **A aplicação do mecanismo ATENEA no Brasil e o combate à violência política contra a mulher como promoção da ODS-5 no enfrentamento da desigualdade de gênero.** 2023. 125 f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Direito, São Cristóvão, 2023. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/17304>. Acesso em: 05 dez. 2024.

SANTOS, Deborah Luísa Vieira dos. **As brasileiras no poder: uma análise das narrativas de gênero de deputadas federais no Twitter em 2019.** 2023. 467 f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Juiz de Fora, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/16236>. Acesso em: 05 dez. 2024.

SANTOS, Julia Corrêa Borges. **O uso das redes sociais pelas parlamentares da 57ª Legislatura da Câmara Federal.** Dissertação (Mestrado em Comunicação) — Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/45793d55-75aa-4f2a-b752-97045f9d0adc>. Acesso em: 05 dez. 2024.

SANTOS, Luana Luizy Rodrigues. **Direitos humanos e participação política: a representação no Congresso Nacional das deputadas negras nas eleições de 2014 e 2018.** 2020. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Letras, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20834>. Acesso em: 05 dez. 2024.

SILVA, Cristiane Maria da. **Vozes de mulheres negras e imagens construídas sobre seus corpos: o encontro de uma história individual com a história de Marielle Franco, marcas de vivências.** 2022. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1313433>. Acesso em: 05 dez. 2024.

SILVA, Pâmela Guimarães da. **De Lélia Gonzalez a Marielle Franco: mulheres negras e seus processos comunicacionais interseccionais de resistência.** 2021. 249 f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40832>. Acesso em: 05 dez. 2024.

SOUSA, Aimée Seixas de. **Representantes de quem? : Um olhar crítico sobre a atuação feminina na política local.** 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/21915>. Acesso em: 05 dez. 2024.

SOUZA, Ladyane Katlyn de. **Violência Política de Gênero:** uma análise da tipologia a partir da vivência das parlamentares brasileiras. 2022. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) — Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, Brasília, 2022. Disponível

em:

http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/45242/1/2022_LadyaneKatlyndeSouza.pdf.

Acesso em: 05 dez. 2024.

VARGAS, Thaynara Luiza de Vargas. **"LI NA INTERNET, DEVE SER VERDADE": UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS DIZERES NAS REDES SOCIAIS SOBRE MULHERES PÚBLICAS NA POLÍTICA.** 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22821>. Acesso em: 05 dez. 2024.

VIEIRA, Luís Augusto. **"Está chegando o tempo de política... de eleição...": expressões da participação política dos moradores do Distrito de Catuçaba/São Luiz do Paraitinga SP: permanências e mudanças 2007/2008.** 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17922>. Acesso em: 05 dez. 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L.(2011). **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70.

CAROLINA, Áurea. **Por nós e a partir de nós.** In: D'ÁVILA, M. (org). Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. p-17-25.

FRASER, Nancy, 1947- **Justiça interrompida** : reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista” / Nancy Fraser ; tradução Ana Claudia Lopes, Nathalie Bressiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2022.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?.** Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. Lua Nova, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007.

GRUNEICH, Danielle; CORDEIRO, Iara. **Violência Política Contra a Mulher.** São Paulo: Editora Blucher, 2022.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Violência Política de Gênero e Raça:** Relatório 2021. Rio de Janeiro: Instituto Marielle Franco, 2021.

LOPES, Twig Santos. **Violência política contra as mulheres.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2024. E-book. 276 p. ISBN 9786561280174.

RODRIGUES,Cristiano; ABREU, Mariana Sales de. **“Marielle Virou Semente”:** A eleição de Áurea Carolina e Talíria Petrone como resistência às violências sofridas por corpos de mulheres negras, 2019. DISPONÍVEL EM: http://compolitica.org/novo/anais/2019_gt5_Rodrigues.pdf

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação.** Revista Diálogo Educacional, vol. 6, núm. 19, septiembre-diciembre, 2006, pp. 37-50 Pontifícia Universidade Católica do Paraná Paraná, Brasil.

TEBET, Simone. **É preciso chutar a porta.** In: FRATINI, Juliana (org.). Princesas de Maquiavel: por mais mulheres na política. I ed -- São Paulo: Editora Matrix,2021. p. 179-184.